

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Ana Ligia Silva Medeiros¹

RESUMO: O trabalho visa analisar as políticas públicas de cultura para a área de bibliotecas públicas. Este tipo de biblioteca é considerado uma instituição basilar para a democracia, desenvolvendo ações inclusivas e de formação de cidadania, em muitos países. No Brasil, ainda não é totalmente reconhecida e aproveitada à potencialidade destas instituições. Apresenta alguns subsídios para o entendimento da questão, em especial, no que diz respeito às principais ações desenvolvidas pela administração pública federal.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca pública. Políticas de bibliotecas. Instituto Nacional do Livro.

1. Introdução:

As políticas públicas para a área de cultura são consideradas por muitos pesquisadores ainda em fase de construção. Estas políticas cobrem ou deveriam cobrir as mais diversas formas de cultura e suas manifestações. Uma dessas áreas – a biblioteca pública – ainda não é suficientemente analisada como uma das instituições fundamentais, no Brasil, tanto no que diz respeito à preservação e divulgação do conhecimento quanto na formação de cidadania.

As bibliotecas públicas são as instituições culturais mais presentes nos municípios brasileiros, segundo a pesquisa do IBGE/Munic, realizada em maio de 2010. As bibliotecas públicas estavam presentes em 93,2% dos 5.564 municípios brasileiros. Os teatros alcançavam 21,1% do total; os museus, 23%, e os cinemas, 9,1%. No *Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais* elaborado pela Fundação Getúlio Vargas por solicitação do MinC, no mesmo ano, os dados encontrados confirmam o grande número de municípios que possuem este tipo de instituição. Neste censo foi divulgado que 660 municípios não possuíam bibliotecas.

Esta presença se deve há décadas de uma política de incentivo da administração pública federal para a criação de bibliotecas nos municípios brasileiros, desde a criação do Instituto Nacional do Livro, em 1937. Porém, esta situação aparentemente boa, esconde uma realidade bem diversa. As bibliotecas brasileiras ainda não foram totalmente reconhecidas como um dos mais relevantes instrumentos democráticos de inclusão e de desenvolvimento, tanto pelo público quanto pelas autoridades.

¹ Bibliotecária da Fundação Casa de Rui Barbosa e Doutoranda do Curso de Ciência da Informação, da UFRJ/IBICT.

Seu papel tem sido estudado sob diversos prismas na literatura técnica, principalmente, estrangeira. Análises teóricas como sua função como espaço público, na concepção habermasiana ou como formadora de capital social, de acordo com a teoria de Bordieu e Putnam, por exemplo. Neste último caminho, estudos vêm analisando como as bibliotecas podem incorporar o conceito de capital social, entendido como relações sociais que trazem benefícios para os indivíduos (Olinto e Medeiros, 2012). Ressalte-se nestas pesquisas o resultado que apontam a importância para o fortalecimento destas instituições como espaços seguros e geradores de confiança no cidadão.

Internacionalmente, as bibliotecas públicas tem uma função social importante na formação de cidadania, constituindo-se em diversos países em uma instituição basilar na sociedade. Para tal, desenvolve uma série de ações e de atividades culturais e abre espaços para reunião da comunidade. Neste sentido, as diretrizes estabelecidas pela UNESCO auxiliam no desenho de suas ações, sendo adotadas em diversos países.

O presente trabalho visa fornecer subsídios para a análise das bibliotecas públicas frente às políticas públicas para área de cultura. Para tal, serão analisadas a influência da UNESCO e a política do governo federal para a área.

2. Políticas públicas: surgimento

Não há consenso do início do uso do termo políticas públicas, porém há uma unanimidade de considerar seu nascimento entre 1930 e 1970.

Boa parte dos pesquisadores determina sua origem na criação na França do Ministério de Assuntos Culturais, idealizado por Andre Malraux, em 1959. Pela primeira vez a cultura ganhava uma sistemática própria, e no caso específico francês de cunho um tanto imperialista. Em estudo sobre políticas públicas Rubim analisa o papel da criação deste Ministério:

O decreto de criação e, mais que ele, as casas de cultura, projeto prioritário de André Malraux em seus dez anos na direção do Ministério, conformaram o modelo de democratização cultural, que tem como alicerces: a preservação, a difusão e o acesso ao patrimônio cultural ocidental e francês canonicamente entronizado como a cultura. (RUBIM, 2012, p.15).

A partir da gestão do governo Pompidou este modelo voltou-se para a municipalização da cultura e da criação de Centros de Animação Cultural, menores e menos dispendiosos do que as casas de cultura. De sua época também é a criação do Centro Pompidou, que incluía a

Bibliothèque Publique d'Information, cujo modelo revolucionou a concepção de bibliotecas públicas.

No entanto, para outros pesquisadores foram à ação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que deflagrou um processo de institucionalização da Cultura e possibilitou o reconhecimento de sua importância internacionalmente. Para tal, a UNESCO capacitou quadros, promoveu debates e “lançou documentos que serviram para criar alicerces internacionais nas agendas governamentais de diversos países”, segundo Rubim (2012).

Diversos temas foram incluídos com o passar dos tempos e realizadas conferências gerais e regionais, como a da identidade cultural (final da década de 70) e do patrimônio (1982) que muito influenciaram a política cultural. Mais recentemente a transversalidade da cultura, o desenvolvimento sustentável e o patrimônio imaterial/intangível são temas propostos pela UNESCO.

Porém, na última década do século XX a UNESCO foi afetada pela política neoliberal. As políticas culturais foram prejudicadas pelo conceito de estado nacional pequeno e com a predominância do mercado nas decisões governamentais da área cultural. A UNESCO reagiu estabelecendo “que as (políticas culturais) se afastem das noções monolíticas de ‘cultura nacional’ e passem a aceitar a diversidade”. (Rubim p. 25 apud Cuellar, 1997, p.310).

Deste modo, a nova conjuntura internacional conforma um horizonte que possibilita uma nova emergência das políticas culturais no cenário contemporâneo. Diferente da situação anterior, quando o tema dominante era a identidade cultural nacional, a circunstância atual coloca no centro do debate o tema da diversidade cultural. Ela transforma-se em polo gravitacional das políticas culturais contemporâneas. (RUBIM, p.25).

Par e passo das linhas mestras citadas anteriormente, a UNESCO lançou Manifestos para Bibliotecas Públicas e áreas similares que serviram de base ao desenvolvimento de políticas nacionais adotadas em boa parte dos países ocidentais. Especificamente na área de Bibliotecas Públicas foram lançados três Manifestos nos anos de 1949, 1972 e 1994, tendo sido complementados com outros documentos, incluindo os Manifestos sobre a Internet e sobre a Biblioteca Multicultural, estes em colaboração com a Federação Internacional de Associações e Instituições/IFLA.

3. As políticas públicas de bibliotecas públicas no Brasil.

3.1. Primeiro Governo Vargas (1930 -1945)

A política de bibliotecas no Brasil data do Governo de Getúlio Vargas, com Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde. O MES, criado em 1930, teve seu período áureo sob seu comando entre 1934 e 1945. O estabelecimento da política cultural, paradoxalmente, nasceu em um momento de exceção, em 1937, ano da instalação do Estado Novo. Porém, Capanema soube cooptar os mais importantes intelectuais da época, como Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade. Cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional do Teatro e o Instituto Nacional do Livro (INL). Criado pelo Decreto nº. 93, de 21 de dezembro de 1937, o INL, visava à elaboração da *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, a edição de obras raras ou de interesse cultural, além de um serviço voltado a incentivar a criação de bibliotecas públicas no Brasil. Foi, assim, o responsável pela implantação da primeira política para a área de bibliotecas no âmbito federal.

A concepção do Instituto deve muito a Mário de Andrade. Mário vinha de uma experiência exitosa à frente do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938), a qual muitos consideram a primeira política cultural do Brasil. Sua atuação é considerada um marco e, embora tendo sua atuação de âmbito municipal, sua visibilidade foi nacional. Criou a Divisão de Bibliotecas chefiada por Rubem Borba de Moraes, um dos maiores bibliotecários brasileiros, respeitado pelos círculos intelectuais da época e que futuramente seria diretor da Biblioteca Nacional.

Mário foi um ardoroso defensor da criação de uma política de bibliotecas dentro de uma visão moderna da instituição que vinha sendo discutida e implantada em diversos países. Defendia uma biblioteca ativa, de cunho político.

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais necessárias atualmente para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham a resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, por exemplo. Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada! acha-se desprovida de outras forças de unificação. (ANDRADE, 1957, 7).

A atuação do INL foi prejudicada devido à divisão de poder na área do livro com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A divisão de poder é uma das características nefastas que marcaram diversos governos em outros muitos momentos da história da cultura em nosso país. Mesmo assim o INL controlou o mercado editorial brasileiro por meio,

principalmente, das compras de livros distribuídos às bibliotecas. Influenciou, também, o desenvolvimento dos profissionais que trabalhavam nas bibliotecas, especialmente com publicações técnicas e cursos.

Porém, a função social da biblioteca pública não se concretizou, distanciando-se das instituições similares em outros países. Suely Braga da Silva, estudiosa da trajetória do INL durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, desde a sua criação, em 1937 até 1945, observa:

Quanto às bibliotecas, sabemos que apesar de serem consideradas por Capanema centros de formação de personalidade, de compreensão do mundo e de autoeducação, continuaram sendo até os nossos dias apenas locais onde as pessoas encontram livros. A ideia de biblioteca enquanto espaço vivo de trocas, de debates, de crescimento individual e coletivo dos membros da comunidade a que ela atende ainda não se consolidou em nossa sociedade (SILVA, 1995, p. 57).

3.2. A Democratização (1945-1964)

A cultura brasileira neste período atravessou dois tipos de movimentos: um forte ligado a produção em diversas áreas e um fraco ligado a atuação governamental, segundo Rubim (2012):

...o interregno democrático de 1945 a 1964 reafirma duas tristes tradições. O esplendoroso desenvolvimento da cultura brasileira que acontece no período, em quase todas as áreas, não tem correspondência com o que ocorre nas políticas culturais nacionais (RUBIM, 2012, p.33).

No âmbito federal foi lançada a Campanha Nacional do Livro (1960) e o Serviço Nacional de Bibliotecas (1962), no Ministério da Educação e Cultura, e que foi incorporado, em 1968, ao Instituto Nacional do Livro. A partir daí, registra-se um incremento das ações na área, em especial com o fortalecimento da malha de bibliotecas por meio da assinatura de convênios com os municípios. Outra ação que influenciou as bibliotecas diz respeito ao estabelecimento da política de coedições, em detrimento da aquisição de livros. Essas obras abasteciam anualmente os acervos dessas instituições

Deste período são os Centros Populares de Cultura (CPC) da União dos estudantes do Brasil (UNE), criados em 1961, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Movimento de Cultura Popular, em Recife, onde sobressai o nome de Paulo Freire. Freire defende o método pedagógico de interação entre educação e cultura. Para ele a biblioteca ocupa um papel importante na educação, devendo ser vista como uma instituição ativa.

A biblioteca popular como centro cultural e não como um depósito silencioso de livros, é vista como um fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com o contexto. (FREIRE, p.38).

3.3 Os anos de chumbo

Os dezenove anos de ditadura militar tiveram vários momentos diferentes. O governo de início no governo de Castelo Branco (1964-1967) teve como uma de suas metas volta-se para definir o papel do estado buscando uma maior institucionalização. Segundo Calabre (2007) neste período “surge nos quadros do governo à discussão sobre a necessidade da elaboração efetiva de uma política nacional de cultura”. Para tal foi destinado o papel de elaboração desta política ao Conselho Federal de Cultura, que apresentou em 1968, 1969 e 1973 planos de cultura que, no entanto, não foram avante.

Estes planos voltavam-se principalmente para a necessidade de recuperação das instituições nacionais para que pudessem exercer políticas nacionais para as suas áreas específicas. A área de bibliotecas se dividia entre a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Porém, o Ministério estava mais preocupado com a Educação, situação que se muda com a criação do Departamento de Assuntos Culturais – DAC, em 1970, através do decreto 66.967. (CALABRE, 2007, p.4).

Ainda segundo a autora foram detectados dois outros períodos propícios para a política cultural. São eles: a elaboração do Plano de Ação Cultural (PAC) no final do governo Médici (1969-1974) e a criação de órgãos estatais para diversas áreas de cultura, no governo Geisel (1974-1978). Surge, também, fora do MEC o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) idealizado por Aluísio Magalhães e oficializado em 1976, através de convênio entre a Secretaria de Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e do Comércio, a Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal. Cria-se ainda a Fundação Nacional Pró-Memória em 1979 por Aluísio Magalhães. Esta Fundação abarcará dois anos depois, em outubro de 1981, a Biblioteca Nacional, transformada em órgão da administração indireta.

Os efeitos da institucionalização da política cultural desdobraram-se nos estados e municípios, com o aumento do número de secretarias de cultura e de conselhos de cultura estaduais e municipais, segundo Calabre (2007).

Suaiden (2000) considera a década de 1970 como marco na existência das bibliotecas públicas, pois estas passam então a ser incluídas nas políticas governamentais da área de

educação e cultura. Organizou-se, nessa época, o Cadastro de Bibliotecas Brasileiras, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse cadastro arrolava bibliotecas com acervos superiores a 150 volumes. A atuação voltava-se para a doação de livros, assistência técnica e cursos de treinamento. Também se incentivaram serviços de extensão de bibliotecas para lugares mais distantes e desprovidos de instituições: os carros-bibliotecas, por exemplo. Em 1977, criou-se o Sistema Nacional de Bibliotecas, vinculado ao INL.

A Reforma do Ensino do 1º e 2º graus, estabelecida na Lei nº 5.692/71, influenciou uma vez a política de bibliotecas. Com ela ocorre o fenômeno da escolarização dessas instituições, devido ao fortalecimento dos livros didáticos e da obrigatoriedade da pesquisa escolar. Como não havia – e ainda não há – bibliotecas na maioria das escolas brasileiras, as bibliotecas públicas ocuparam este espaço, em franco detrimento de sua função precípua de atender a todos os segmentos da sociedade. Assim, as bibliotecas públicas perderam seu foco, transformando-se em mais um espaço para a educação formal quase que exclusivamente. Um ciclo fechado: comprava-se acervo voltado ao atendimento escolar, pois era seu público prioritário, e afastavam-se outros grupos da leitura.

Por outro lado, os anos de ditadura militar foram de intensa repressão. Na área da cultura se impôs uma série de limites e censuras cerceando a livre expressão. Músicas, livros e outras manifestações artísticas foram controlados. Esta situação gerou o cerceamento da livre circulação de ideias através da censura de inúmeras obras.

A área de biblioteca não foi, segundo a pesquisa de Chaffe (2009) sobre a censura nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, prejudicada diretamente, mas indiretamente. Por um lado, os próprios bibliotecários evitavam colocar em seus acervos livros considerados impróprios além de evitar utilizar termos que ferissem a conduta repressiva do período. Segundo a autora:

A rotina das bibliotecas, num sentido geral, não foi modificada, se permitido o livre acesso as estantes. Em relação à indexação de obras com forte sentido político ou moral, foi possível afirmar que houve restrições a certos termos como “golpe de 64” substituído por “revolução de 64”, digamos mais condizente com o que o que o novo governo se autodenominava. Em relação à atuação do bibliotecário durante o período, pode-se dizer que a maioria manteve-se calada, alienada em relação ao que acontecia no país. Mas também tivemos bibliotecários (poucos) que procuravam através da omissão de obras livrarem as mesmas de repressão policial. (CHAFFE p.40)

3.4 A Redemocratização

Esta fase iniciada em 1985 significa uma redefinição das forças políticas. Neste mesmo ano foi criado o Ministério da Cultura, no governo de Sarney e extinto por Collor, sendo novamente criado por Itamar Franco. Durante estes nove primeiros anos a administração federal sofreu mudanças drásticas exatamente no momento da sua criação e fortalecimento do Ministério da Cultura. Foram, por exemplo, cinco ministros (Sarney), dois Secretários (Collor) e três ministros (Itamar).

Em 1987 é criada a Fundação Nacional Pró-Leitura, que abarcou o INL e a Biblioteca Nacional. Deste período cabe ressaltar a presidência do embaixador Wladimir Murinho na Fundação Pró-Leitura. Companheiro e defensor do projeto de Aluísio Magalhães do CNCR, ele teve um papel importante no fortalecimento da política de bibliotecas.

Essa Fundação, porém, teve vida curta, pois em 1990 foi extinta e suas competências transferidas para a Biblioteca Nacional. As funções do INL foram assumidas pelo Departamento Nacional do Livro. Em 1992 são criados o Sistema Nacional de Bibliotecas (SNB) e o Proler, na Fundação Biblioteca Nacional. Ao Sistema coube a responsabilidade da “implantação de um processo sistêmico baseado em ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional” (Biblioteca Nacional, 2010). O SNB apoia-se nos sistemas estaduais de bibliotecas, que têm como função articular as ações dos municípios na área.

No ano seguinte, surgiu o programa “Uma biblioteca em cada município”. Para este fim, criou-se o programa Livro Aberto, que forneceu kits para acervo e mais equipamento e mobiliários destinados tanto à modernização quanto à criação de novas bibliotecas. O objetivo do Proler, iniciativa pioneira, é incentivar a leitura em todo o território nacional, trabalho executado também por meio de convênios com os municípios. Chegaram, em períodos áureos, a articular 30 mil voluntários para essa verdadeira cruzada.

Outro fator importante foi à criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), estabelecido pela Lei Rouanet, com financiamento através do Fundo Nacional de Cultura (FNC), do Mecenato ou do Fundo de Investimento Cultural ou Artístico (Ficart). Essa Lei Federal de Incentivo à Cultura, de nº 9.313/91, foi especialmente relevante na área cultural, suprimindo parcialmente a escassez de recursos para o incentivo aos projetos culturais. Sua execução gerou inúmeras críticas, pois transferiu para a iniciativa privada a escolha dos projetos a serem financiados. Assim, projetos de cunho estritamente cultural, mas sem apelo da mídia, eram preteridos em função de projetos considerados mais comerciais. Esta lei foi

uma evolução da Lei nº 7.505, de dois de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney, voltada para o incentivo à cultura no Brasil através de renúncia fiscal. As bibliotecas por executarem um trabalho sem muita visibilidade padeceram neste período.

3.5 FHC e o estado mínimo (1995-2002)

Este período foi marcado por grandes mudanças políticas, devido à implantação do projeto neoliberal, que se baseava no estado mínimo. O orçamento do Ministério no período foi de 0,14%. Intensificou-se a passagem da decisão sobre o financiamento dos projetos para as empresas privadas, praticamente.

Porém, Calabre (2007) ressalta duas exceções: as áreas de bibliotecas e do patrimônio (Projeto Monumenta). A área de bibliotecas foi coordenada tanto pela Biblioteca Nacional quanto pela Secretaria de Política Cultural. O secretário Ottaviano de Fiore identificou a situação precária das bibliotecas públicas:

Uma pesquisa realizada este ano pela Secretaria de Política Cultural do Ministério da Cultura identificou 3.896 bibliotecas públicas em todo o país, em sua esmagadora maioria municipais. Mais de 80% de seu público é formado por estudantes, indicador indireto da falta de bibliotecas escolares. O acervo da grande maioria destas bibliotecas não é atualizado há vários anos. Essencialmente elas não compram livros e sobrevivem com doações, o que significa que estes acervos crescem ao acaso e sem uma política racional de compras voltada para as necessidades de seus frequentadores específicos, os estudantes (FIORE, p.128).

Para amenizar este problema a Secretaria de Política Cultural desenvolveu o programa *Uma Biblioteca em Cada Município*. Para tal firmava-se convênio entre o Governo federal e os governos estaduais ou municipais. Em dois anos foram implantadas 212 novas bibliotecas. Ainda segundo Fiore:

O Ministério da Cultura não constrói edifícios de bibliotecas, a não ser no caso das emendas de parlamentares ao programa. Tanto o prédio — que deve ser próximo à escola ou num lugar de fácil acesso — quanto a lei de criação da biblioteca, os funcionários e a linha telefônica constituem contrapartida obrigatória das prefeituras ou estados. O programa lhes repassa uma verba de até 40 mil reais, destinados à compra de cerca de dois mil volumes iniciais, todo o equipamento, estantes, arquivos, móveis, Xerox, vídeo, computador e o que mais for necessário em cada caso. (FIORE, p.130).

3.6 Lula e a formulação do Plano de Cultura (2003-2010)

O período Lula foi marcado pela forte participação popular, marcada pela aproximação do governo com a sociedade civil. O Ministério da Cultura a partir de 2003 organizou seminários visando avaliar e propor reformulações para a lei Rouanet. Em 2005 foi estabelecida a Conferência Nacional de Cultura (CNC) e reestruturado o Conselho Nacional de Cultura.

No primeiro ano do Governo foi ainda instituído a Política Nacional do Livro pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, de autoria de José Sarney. Encontra-se nas disposições gerais, a indicação de que “a União, Estados, Distrito Federal e Municípios consignarão, em seus orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição do livro” (BRASIL [Lei n.10.753] p. 3), cuja fonte prevista era o Fundo Nacional de Cultura. Porém, concretamente, esta medida não aconteceu.

Fortalece-se a Fundação Biblioteca Nacional que passa a ser a responsável pela coordenação das áreas de livro, leitura e biblioteca, por intermédio do Decreto nº 5.038, de 7 de abril de 2004. É publicado o novo estatuto estabelecendo suas competências, ficando sob sua responsabilidade ainda o Escritório de Direitos Autorais, a Agência Nacional do ISBN (International Standard Book Number) e o depósito legal das publicações, entre outras atribuições.

Em 2005, são criados o programa Fome de Livro e o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), este último com vista a aliar os esforços dos ministérios da Educação e da Cultura em prol do livro. Este plano divide-se em quatro eixos: democratização do acesso, fomento à leitura e formação de mediadores, valorização da leitura e comunicação e desenvolvimento da economia do livro. A biblioteca pública é objeto específico do primeiro item, relativo à *Democratização do acesso*: implantação de novas bibliotecas (1.1)... e fortalecimento de rede atual de bibliotecas (1.3) (PLANO, 2007).

Mais uma vez a política de bibliotecas no âmbito do Ministério da Cultura dividiu-se entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Coordenadoria-Geral do Livro e da Leitura (CGLL), esta vinculada ao gabinete do Ministro. O programa Mais Cultura, desenvolvido pelo MinC, possuía três linhas de ação, sendo a primeira “Cultura e Cidadania”, cujo objetivo é “garantir o acesso dos brasileiros aos bens e serviços culturais” (Brasil. Ministério da Cultura, 2010). Cabe ainda ressaltar os programas Pontos de Cultura e Pontos de Leitura.

Finalmente, cria-se um Plano Nacional de Cultura (PNC), através da Lei n.12.343/2010, de 2 de dezembro de 2010, após ampla discussão com a sociedade, iniciadas

com conferências e fóruns a partir de 2003. Nesta lei está previsto a instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC) e a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIC).

O Plano representa um significativo avanço nas políticas públicas fornecendo metas que deverão ser cumpridas até 2020. Representa “um documento orientador para o gestor público, no planejamento de suas políticas, e expressa o cenário para a cultura” (Brasil, 2012, p.6). A biblioteca está presente em diversas metas.

3.7 Dilma e o presente

A permanência do mesmo partido político no governo federal deu certa continuidade nas ações da área de biblioteca. A política de bibliotecas públicas continua sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Bibliotecas, da Fundação Biblioteca Nacional, que vem desenvolvendo uma série de programas em benefício das instituições. Assim, neste momento, embora o Sistema Nacional de Bibliotecas possa encontrar dificuldades no estabelecimento de uma política sólida, ele é independente. A não vinculação direta a política de livros tem se mostrado salutar.

No começo de 2013, o Plano Nacional de Livro e Leitura, anteriormente subordinado a Fundação Biblioteca Nacional, retoma sua independência. Cabe, no entanto, frisar que o PNLL não incluiu em seu título, a palavra biblioteca. Talvez, esta omissão reflita a situação das bibliotecas públicas que durante muito tempo foi a reboque na área de livro.

4. Conclusão

A política de biblioteca esteve durante muitos anos atrelada à política de livros. Esta política, consolidada nos 52 anos de existência do INL, não incutiu na sociedade a noção sobre a função social das bibliotecas públicas. As bibliotecas modelaram-se, em sua maioria, como um repositório dos livros adquiridos pelo INL, salvo raras exceções.

A partir de 70 se fortaleceu a visão distorcida do apoio direto aos estudantes em busca de cópias para ilustrar trabalhos escolares. Esta escolarização das bibliotecas distanciou outros grupos que poderiam utilizar o espaço para estudo e lazer. Distanciou também os profissionais de bibliotecas das grandes discussões teóricas existentes em muitos países visando fortalecimento de suas funções culturais.

A partir da subordinação da política de bibliotecas ao Sistema de Nacional de Bibliotecas, subordinado à Fundação Biblioteca Nacional, a função social começou a ser retrabalhada junto às bibliotecas estaduais e municipais. Porém, ainda persiste uma visão sectária e deturpada das bibliotecas públicas, entranhada tanto no público, nas equipes e nas autoridades. O reflexo deste não entendimento de seu papel, se expressa nas inserções desta área de forma tímida nos planos de governo, sejam estes federais, estaduais ou municipais.

Cabe ainda frisar que a meta de colocar uma biblioteca pública em cada município, estabelecida nos primórdios do INL e que perpassou diversas administrações não se concretizou.

Somado a isto as mudanças das equipes do Ministério da Cultura se refletem, na descontinuidade administrativa. Na verdade, o que se nota é que o tema transcende a instituição biblioteca, já que as políticas públicas brasileiras para a área de cultura ressentem-se do ciclo de abandono e de retomada de planos e projetos pelos diversos governos nestas últimas quatro décadas:

(...) esse processo de eterno recomeçar, de experiências que poucos rastros deixaram, de ausência de registros, de pouca sistematicidade nas ações, gerou alguns efeitos perversos, com grandes desperdícios de recursos financeiros e humanos (CALABRE, 2005, p. 18).

No entanto, não dá para negar a importância das ações governamentais no sentido de apoiar a criação ou modernização das bibliotecas públicas. Porém, ainda pouco se tem feito para a ampliação da sua visão biblioteca pública como formadora de cidadania, a partir do fortalecimento dos laços com o público. O caminho é longo, mas se trilhado poderá florescer uma instituição aliada e alinhada na luta por uma população mais esclarecida e atuante.

5. Referências:

ANDRADE, Mario. Um depoimento de Mário de Andrade. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p. 7-8, mar. 1957,

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. *Histórico*. Disponível em < <http://catalogos.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 29 jul. de 2010.

BIBLIOTECA Pública: *Princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 160p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Disponível em: <www.cultura.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. *As metas do Plano Nacional da Cultura*. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. 216p.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>>. Acesso em: 13 abr. 2005

CALABRE Lia (Org.) **Políticas culturais**: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. 80 p.

CALABRE Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: III ENECULT: terceiro encontro de estudos multidisciplinares em cultura, 23-25 maio 2007, Salvador. Disponível em < <http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf> >. Acesso em 4 julho de 2013.

CHAFFE, Bruna Abatti. *A ditadura militar e o controle de informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRS*. Trabalho de conclusão de curso bacharel curso de biblioteconomia da Universidade Federal do rio grande do Sul, 2009. 62 p. Disponível < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22708/000740394.pdf?sequence=1> >. Acesso em 28 de junho de 2013.

IORE, Ottaviano de. A formação do Leitor, uma tarefa. In PRADO, Jason (Org.); CONDINI, Paulo (Org.). *A formação do leitor: pontos de vista*, Rio de Janeiro : Argus, 1999. 320p. Disponível em < <http://www.scribd.com/doc/54404535/21/%E2%80%94-OTTAVIANO-DE-IORE> >. Acesso em 5 de julho de 2013.

IFLA. *Diretrizes para o Manifesto IFLA/UNESCO sobre Internet*. 2006. Disponível em: < <http://www.ifla.org/files/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-guidelines-pt.pdf> >. Acesso em: 09 abr. 2012.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

IFLA. *O manifesto da IFLA sobre a Internet*. 2002. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/III/misc/im-pt-br.htm>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. *InCID. R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p. 94-111, 2010.

OLINTO, Gilda; MEDEIROS, Ana Ligia. El uso de Internet e inclusión social en Brasil: la contribución de las bibliotecas públicas. Seminário Hispano Brasileiro de Investigación en Información, Documentación y Sociedad, Madri, 1, Nov. 2012.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. *Bibliotecas públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006* [manuscrito] / Marília de Abreu Martins de Paiva. – 2008. 140 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7HUKTJ/disserta_o_marilia.pdf?sequence=1

PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA. Brasília: Ministério da Educação; Ministério da Cultura, 2007. 48 p.

RETRATOS da leitura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; Rocha, Renata (org). *Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012. 182p.

SILVA, Suely Braga da. A institucionalização de organismos culturais no estado novo: pontos de reflexão. *Informare*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 52-58, jul./dez. 1995.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca pública e a informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.29. n.2, p.52-60, maio/ago. 2000.

UNESCO. *Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas*. 1994. Disponível em: www.bperj.rj.gov.br. Acesso em: 9 set. 2009.